

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A HONRA

CALÚNIA



DIREITO PENAL

DICA - APLICAÇÃO DA LEI PENAL

LEI PENAL NO TEMPO (I)



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A VIDA

HOMICÍDIO



DIREITO PENAL

TEORIA DO CRIME

TIPICIDADE

TIPICIDADE FORMAL

**É A ADEQUAÇÃO DA CONDUTA DO AGENTE
A UMA PREVISÃO TÍPICA**

**ADEQUAÇÃO IMEDIATA - A CONDUTA DO AGENTE É
EXATAMENTE AQUELA PREVISTA NA NORMA PENAL**

**ADEQUAÇÃO MEDIATA - A CONDUTA DO AGENTE NÃO
É EXATAMENTE AQUELA PREVISTA NA NORMA PENAL**

DEVE HAVER UMA NORMA DE EXTENSÃO

TIPICIDADE MATERIAL

**OCORRÊNCIA DE UMA OFENSA SIGNIFICATIVA
AO BEM JURÍDICO TUTELADO**

**NÃO HÁ
TIPICIDADE
MATERIAL**

**QUANDO A CONDUTA, AINDA QUE
FORMALMENTE TÍPICA, NÃO AFETA
SIGNIFICATIVAMENTE O BEM JURÍDICO**

EX - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CONCUSSÃO X CORRUPÇÃO PASSIVA

CONCUSSÃO

O AGENTE **EXIGE** A VANTAGEM INDEVIDA

X

CORRUPÇÃO
PASSIVA

O AGENTE **SOLICITA** OU **RECEBE**
A VANTAGEM INDEVIDA, OU MESMO
ACEITA A PROMESSA DE SUA ENTREGA

👉 **AMBOS SÃO
CRIMES FORMAIS**

SÃO CONSUMADOS COM A
PRÁTICA DA CONDUTA (VERBO)

DISPENSAM O RECEBIMENTO
DA VANTAGEM INDEVIDA

**EXCEÇÃO: CORRUPÇÃO
PASSIVA PRIVILEGIADA**

**CRIME
MATERIAL**

EXCETO NA
MODALIDADE DE
"RECEBER VANTAGEM
INDEVIDA"

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR
"À **PROPORÇÃO QUE**"

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

X

NA MEDIDA
EM QUE

EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: "UMA VEZ QUE"
"VISTO QUE", "JÁ QUE", DENTRE OUTROS

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO
COM IDEIA DE CAUSA

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO

LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

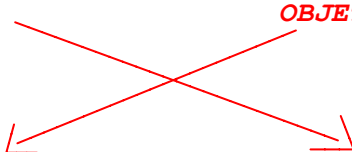
CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

- 👉 O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- 👉 O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- 👉 O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO
SUJEITO OBJETO DIRETO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR
SUJEITO PACIENTE (SER + PARTICÍPIO) AGENTE DA PASSIVA

- 👉 O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- 👉 O OBJETO DIRETO PASSA PARA SUJEITO DA PASSIVA (O HORÁRIO DO JOGO)
- 👉 O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

POR QUE (PERGUNTA)	☞ EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS" EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF? EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE
POR QUÊ (FIM DE FRASE)	☞ É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ? EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?
PORQUE (RESPOSTA)	☞ CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .) EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR
PORQUÊ (SUBSTANTIVO)	☞ EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO" EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE
SEMPRE POR ELA)

X

AO INVÉS DE

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO
DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO
PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO
TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO,
IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS,
OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO
NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

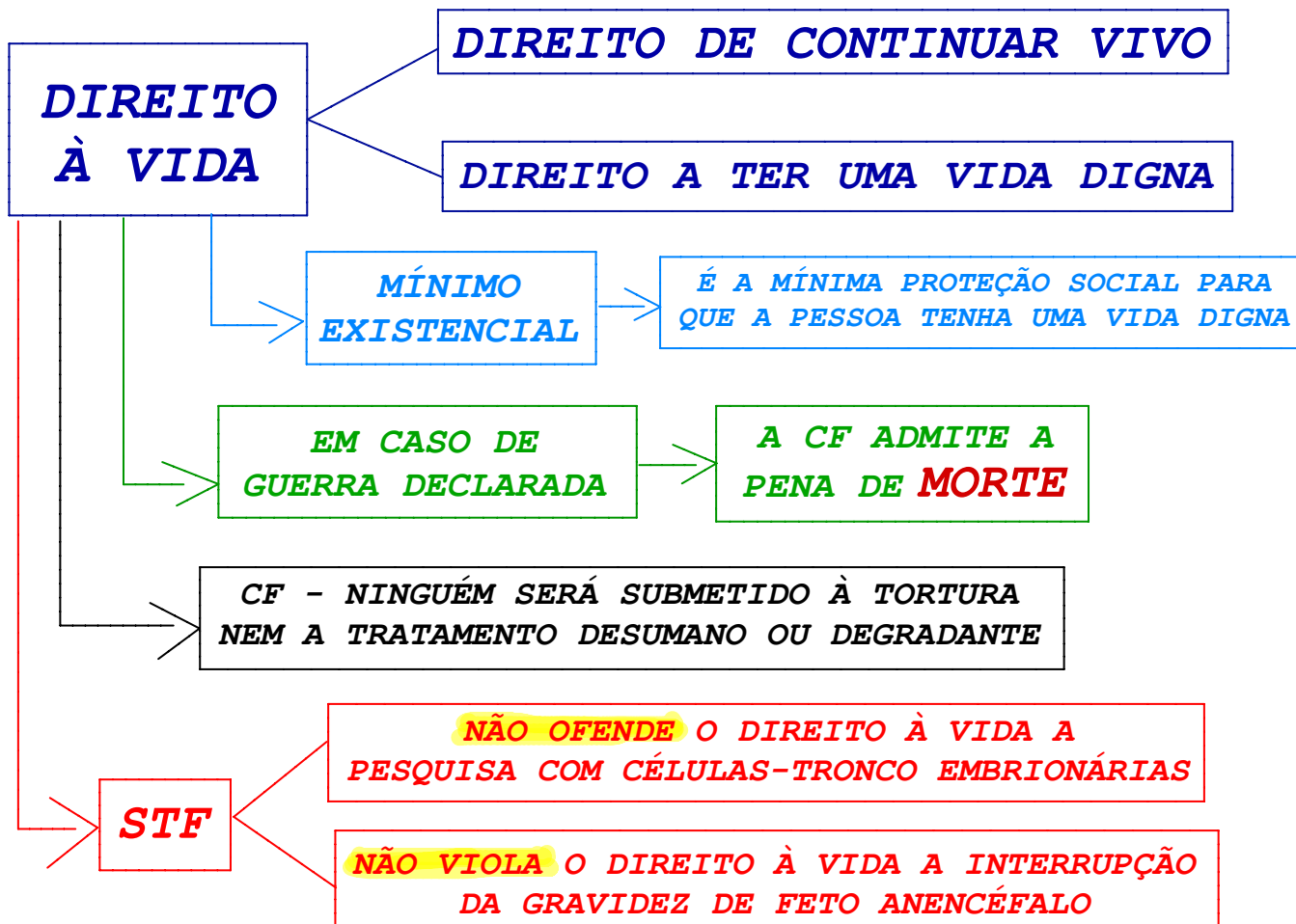
ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:	
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE : SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE : SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE	◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

👉 SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES

DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM

DIREITO CONSTITUCIONAL

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

GARANTIAS FUNCIONAIS

VITALICIEDADE

APÓS 2 ANOS DE EXERCÍCIO

NÃO PODE PERDER O CARGO SENÃO POR
SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO

INAMOVIBILIDADE

IMPEDE QUE O MEMBRO DO MP
SEJA REMOVIDO DE OFÍCIO

SALVO POR MOTIVO DE INTERESSE
PÚBLICO, MEDIANTE DECISÃO DO ÓRGÃO
COLEGIADO COMPETENTE DO MP

PELO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA DE SEUS
MEMBROS, ASSEGURADA AMPLA DEFESA

IRREDUTIBILIDADE DE SUBSÍDIO

BUSCA PROTEGER OS GANHOS DOS MEMBROS DO
MP CONTRA INTERFERÊNCIAS POLÍTICAS

É NOMINAL - NÃO LEVA EM
CONSIDERAÇÃO A INFLAÇÃO

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)

✓ OS MEMBROS DO
CONSELHO ORIUNDOS DO
MP SERÃO INDICADOS
PELOS RESPECTIVOS **MPs**

COMPOSIÇÃO DO CNMP

 **PRESIDENTE DO
CONSELHO FEDERAL
DA OAB**

OFICIARÁ JUNTO
AO CNMP

COMPOSTO POR **14 MEMBROS**

**PROCURADOR-GERAL
DA REPÚBLICA (PGR)**

PRESIDE O
CONSELHO

4 MEMBROS MPU

UM DE CADA
CARREIRA

3 MEMBROS MPes

2 JUÍZES 

1 INDICADO PELO STF

1 INDICADO PELO STJ

2 ADVOGADOS

INDICADOS PELO
CONSELHO FEDERAL DA OAB

2 CIDADÃOS

1 INDICADO PELA CÂMARA

1 INDICADO PELO SENADO

(NOTÁVEL SABER JURÍDICO E
REPUTAÇÃO ILIBADA)

DIREITO ADMINISTRATIVO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA

(RITO COMUM)

CONCORRÊNCIA

MODALIDADE PARA
CONTRATAÇÃO

DE BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS

DE OBRAS

SERVIÇOS COMUNS E
ESPECIAIS DE ENGENHARIA

 OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
ADMITEM O PREGÃO OU A CONCORRÊNCIA

CRITÉRIOS DE
JULGAMENTO

✓ MENOR PREÇO;
✓ MELHOR TÉCNICA OU
CONTEÚDO ARTÍSTICO;
✓ TÉCNICA E PREÇO;
✓ MAIOR RETORNO ECONÔMICO;
✓ MAIOR DESCONTO.

BENS E
SERVIÇOS
ESPECIAIS

✚ NÃO SÃO COMUNS;
✚ NÃO PODEM SER DEFINIDOS OBJETIVAMENTE;
✚ POSSUEM "ALTA HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE".

CONCEITO
DE OBRAS

✚ SÃO PRIVATIVAS DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO;
✚ INOVAM O ESPAÇO FÍSICO DA NATUREZA;
✚ ACARRETAM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO IMÓVEL.

CONCEITO DE
SERVIÇOS DE
ENGENHARIA

✚ DESTINADOS A OBTER DETERMINADA UTILIDADE,
INTELLECTUAL OU MATERIAL;
✚ SERVIÇOS PRIVATIVOS DAS PROFISSÕES DE ARQUITETO
E ENGENHEIRO OU DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS;
✚ QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE OBRA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONCENTRAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO

CONCENTRAÇÃO

OCORRE QUANDO A PESSOA JURÍDICA INTEGRANTE DA ADM. PÚBLICA **EXTINGUE SEUS ÓRGÃOS**

REUNINDO EM UM NÚMERO MENOR DE UNIDADES AS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

DESCONCENTRAÇÃO

REFERE-SE À DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS

A QUAL DÁ ORIGEM AOS **ÓRGÃOS PÚBLICOS**

DESCONCENTRAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO

OCORRE DENTRO DE UMA **ÚNICA PESSOA JURÍDICA**

HÁ RELAÇÃO HIERÁRQUICA

DESCENTRALIZAÇÃO

SÃO **DUAS** PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS (UMA TRANSFERE E A OUTRA RECEBE A COMPETÊNCIA)

NÃO HÁ RELAÇÃO DE HIERARQUIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS (III)

ATO VÁLIDO X ANULÁVEL X NULO X INESXISTENTE

ATO VÁLIDO

É O ATO PRATICADO COM OBSERVÂNCIA DE
TODOS OS REQUISITOS LEGAIS

COMPETÊNCIA/FINALIDADE/FORMA/MOTIVO E OBJETO

ATO ANULÁVEL

É O ATO QUE APRESENTA VÍCIO **SANÁVEL**

PODE SER
CONVALIDADO

DESDE QUE NÃO CAUSE PREJUÍZO
AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NEM
CAUSE DANO A TERCEIROS

ATO NULO

É O ATO QUE APRESENTA VÍCIO **INSANÁVEL**

NÃO É POSSÍVEL QUE SEJA CORRIGIDO, DEVENDO
SER ANULADO PELA ADM. OU PELO JUDICIÁRIO

ATO INESXISTENTE

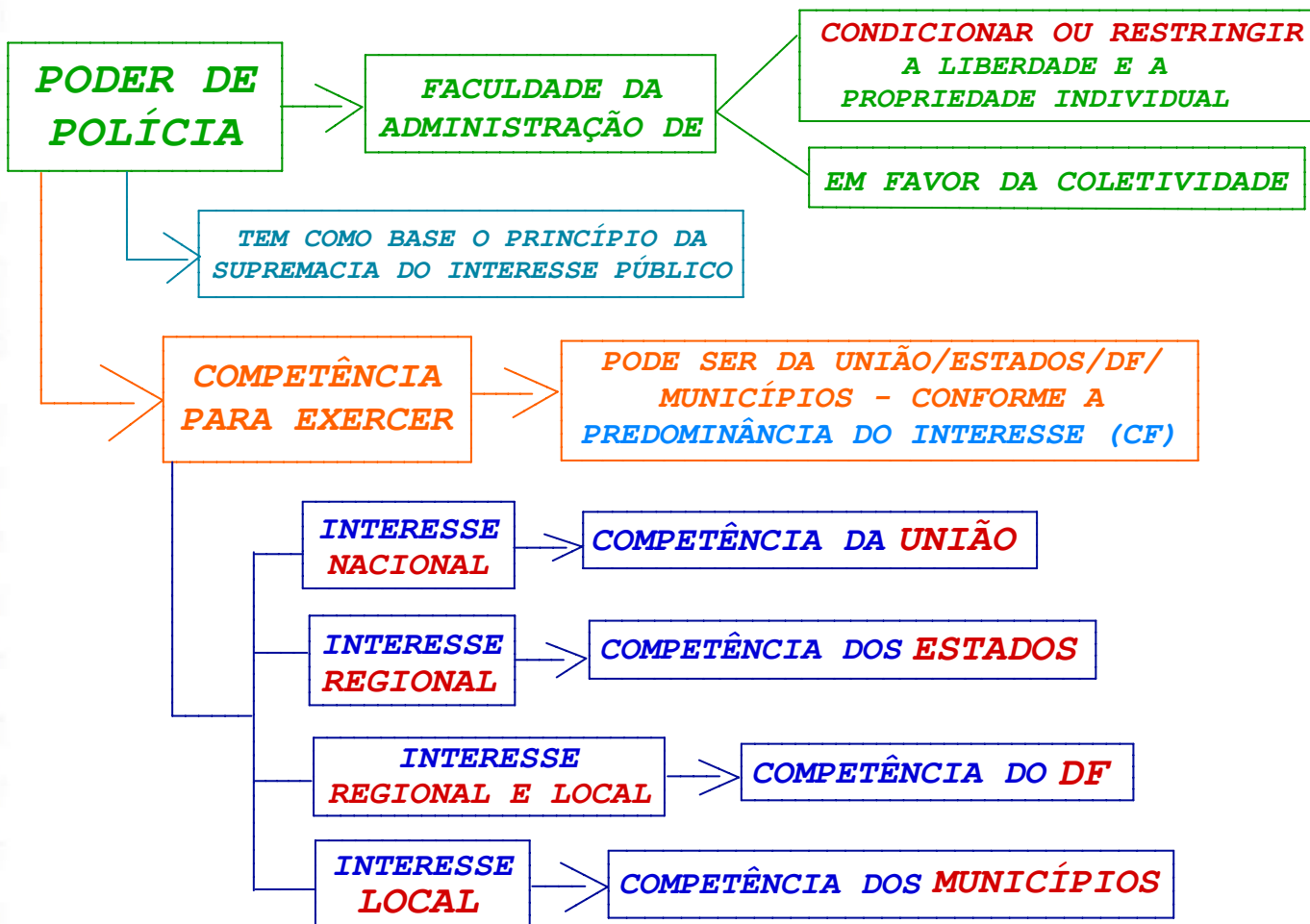
É O ATO QUE APARENTA SER UMA MANIFESTAÇÃO
DE VONTADE DA ADMINISTRAÇÃO

PORÉM, NÃO CHEGA A SE APERFEIÇOAR
COMO ATO ADMINISTRATIVO (EX: ATO DO
USURPADOR DE FUNÇÃO PÚBLICA)

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER DE POLÍCIA



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - AGENTES PÚBLICOS

CARGO X EMPREGO X FUNÇÃO

CARGO	EMPREGO	FUNÇÕES
➡ OCUPADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS ➡ SUBMETEM-SE AO REGIME ESTATUTÁRIO (SEU VÍNCULO DECORRE DE LEI) ➡ SÃO CRIADOS POR LEI ➡ DIVIDEM-SE EM CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO ➡ EFETIVOS: DEPENDE DE CONCURSO ➡ TEM DIREITO A ESTABILIDADE (OS DO CARGO EFETIVO - CUMPRIDO OS REQUISITOS) ➡ EM COMISSÃO: LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	➡ OCUPADOS POR EMPREGADOS PÚBLICOS ➡ SUBMETEM-SE AO REGIME DA CLT (NATUREZA CONTRATUAL) ➡ SÃO CRIADOS POR LEI ➡ INGRESSO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO ➡ EM REGRA, ENCONTRAM-SE NAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	➡ NÃO PRECISAM DE CONCURSO PÚBLICO ➡ DIVIDEM-SE EM 2 TIPOS: TEMPORÁRIA E DE CONFIANÇA ➡ FUNÇÃO TEMPORÁRIA: ◆ EXERCIDA POR SERVIDORES TEMPORÁRIOS ◆ CASO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO ◆ NÃO OCUPAM CARGO OU EMPREGO ◆ EX: MÉDICO CONTRATADO PARA AUXILIAR UM SURTO DE UMA DOENÇA ➡ FUNÇÃO DE CONFIANÇA: ◆ EXCLUSIVO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO ◆ ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO ◆ EX: ASSESSOR DE JUIZ

DIREITO PROCESSUAL PENAL

TEORIA GERAL DA PROVA

PROVAS ILEGAIS

PROVAS ILÍCITAS

AS OBTIDAS EM VIOLAÇÃO A NORMAS
CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS (**DIREITO MATERIAL**)

INADMISSÍVEIS QUANDO
DERIVAM DAS ILÍCITAS

ILÍCITAS POR DERIVAÇÃO

O JUIZ QUE CONHECER
DO CONTEÚDO DA
PROVA DECLARADA
INADMISSÍVEL NÃO
PODERÁ PROFERIR A
SENTENÇA OU ACÓRDÃO

EFICÁCIA SUSPensa PELO STF

PROVAS ILEGÍTIMAS

VIOLAÇÃO DE NORMAS DE
DIREITO PROCESSUAL

PROVAS ILEGAIS

SALVO:

- ✓ QUANDO NÃO EVIDENCIADO O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE UMAS E OUTRAS
- ✓ QUANDO PUDEREM SER OBTIDAS POR UMA FONTE INDEPENDENTE

É A FONTE QUE POR SI
SÓ, SERIA CAPAZ DE CONDUZIR
AO FATO OBJETO DA PROVA

PROVAS ILÍCITAS
E ILÍCITAS POR
DERIVAÇÃO

DEVEM SER
DESENTRANHADAS
DO PROCESSO
E SERÃO
INUTILIZADAS
PELO JUIZ

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

ESPÉCIES DE FLAGRANTE

FLAGRANTE PRÓPRIO

ESTÁ COMETENDO A INFRAÇÃO PENAL

OU ACABA DE COMETÊ-LA

FLAGRANTE IMPRÓPRIO

(QUASE-FLAGRANTE)

**É PERSEGUIDO, LOGO APÓS, PELA
AUTORIDADE, OFENDIDO OU QUALQUER PESSOA**

**EM SITUAÇÃO QUE FAÇA PRESUMIR
SER AUTOR DA INFRAÇÃO**

FLAGRANTE PRESUMIDO

(FICTO)

**É ENCONTRADO, LOGO DEPOIS, COM
INSTRUMENTOS, ARMAS, OBJETOS OU PAPÉIS**

**QUE FAÇAM PRESUMIR SER
ELE AUTOR DA INFRAÇÃO**

DIREITO PROCESSUAL PENAL

RECURSOS

APELAÇÃO

RECORRENTE	PRAZO	INÍCIO
PARTES	5 DIAS	👉 CONTADOS DA INTIMAÇÃO
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO HABILITADO	5 DIAS	👉 DO DIA EM QUE TERMINAR O PRAZO PARA O MP 👉 CASO TENHA SIDO INTIMADO APÓS O MP, SERÁ CONTADO DA DATA DA INTIMAÇÃO
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NÃO HABILITADO	15 DIAS	👉 CONTADOS DO DIA EM QUE TERMINAR O PRAZO DO MP

PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES

EM REGRA	8 DIAS
APRESENTADAS PELO ASSISTENTE EM RELAÇÃO AO RECURSO QUE NÃO FOI POR ELE INTERPOSTO	3 DIAS
NOS PROCESSOS POR CONTRAVENÇÃO	3 DIAS
NO RITO SUMARÍSSIMO (JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL)	JUNTO COM A APELAÇÃO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO

NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL
PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA

AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA

OCORRE QUANDO O MP SE MANTÉM **INERTE**
E NÃO OFERECE A DENÚNCIA NO PRAZO

PRAZO

**INDICIADO
PRESO**

5 DIAS

CONTADO DO RECEBIMENTO
DOS AUTOS PELO MP

**INDICIADO
SOLTO**

15 DIAS

SE FOR DEVOLVIDO OS AUTOS DO IP,
CONTA-SE O PRAZO DESSA DATA DE
RECEBIMENTO PELO MP

NESSE CASO, O OFENDIDO PODE AJUIZAR A
AÇÃO PENAL PRIVADA:

PRAZO - 6 MESES

👉 CONTADOS A PARTIR DO FIM DO PRAZO PARA O MP OFERECER
A DENÚNCIA

OBSERVAÇÃO 1: NO MOMENTO EM QUE SE INICIA O PRAZO DA VÍTIMA,
HÁ LEGITIMIDADE **CONCORRENTE** ENTRE A VÍTIMA E O MP
PARA AJUIZAR A AÇÃO PENAL

OBSERVAÇÃO 2: AINDA QUE A VÍTIMA PERCA O SEU
PRAZO, O MP AINDA PODE ENTRAR COM A AÇÃO

DIREITO CIVIL

PESSOAS JURÍDICAS

DOMICÍLIO

DOMICÍLIO DA
PESSOA NATURAL

É O LUGAR ONDE ELA ESTABELECE A SUA
RESIDÊNCIA COM ÂNIMO DEFINITIVO

SE, PORÉM, A PESSOA NATURAL TIVER DIVERSAS RESIDÊNCIAS, ONDE,
ALTERNADAMENTE, VIVA, CONSIDERAR-SE-Á DOMICÍLIO SEU QUALQUER DELAS

É TAMBÉM DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL, QUANTO ÀS RELAÇÕES
CONCERNENTES À PROFISSÃO, O LUGAR ONDE ESTA É EXERCIDA.

SE A PESSOA EXERCITAR PROFISSÃO EM LUGARES DIVERSOS, CADA UM DELES
CONSTITUIRÁ DOMICÍLIO PARA AS RELAÇÕES QUE LHE CORRESPONDEREM

TER-SE-Á POR DOMICÍLIO DA
PESSOA NATURAL, QUE NÃO
TENHA RESIDÊNCIA HABITUAL

O LUGAR ONDE FOR ENCONTRADA

MUDA-SE O DOMICÍLIO,
TRANSFERINDO A RESIDÊNCIA

COM A INTENÇÃO MANIFESTA DE O MUDAR

A PROVA DA INTENÇÃO RESULTARÁ
DO QUE DECLARAR A PESSOA ÀS
MUNICIPALIDADES DOS LUGARES,
QUE DEIXA, E PARA ONDE VAI

OU, SE TAIS DECLARAÇÕES NÃO FIZER,
DA PRÓPRIA MUDANÇA, COM AS
CIRCUNSTÂNCIAS QUE A ACOMPANHAREM

DIREITO CIVIL

PESSOAS NATURAIS

DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

SERÃO
REGISTRADOS
EM REGISTRO
PÚBLICO

OS NASCIMENTOS, CASAMENTOS E ÓBITOS

A EMANCIPAÇÃO POR OUTORGA DOS PAIS
OU POR SENTENÇA DO JUIZ

A INTERDIÇÃO POR INCAPACIDADE
ABSOLUTA OU RELATIVA

A SENTENÇA DECLARATÓRIA DE AUSÊNCIA
E DE MORTE PRESUMIDA

FAR-SE-Á
AVERBAÇÃO
EM REGISTRO
PÚBLICO

DAS SENTENÇAS QUE DECRETAREM A
NULIDADE OU ANULAÇÃO DO CASAMENTO, O
DIVÓRCIO, A SEPARAÇÃO JUDICIAL E O
REESTABELECIMENTO DA SOCIEDADE CONJUGAL

DOS ATOS JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS QUE
DECLARAREM OU RECONHECEREM A FILIAÇÃO

DIREITO CIVIL

NEGÓCIO JURÍDICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

A VALIDADE DO
NEGÓCIO
JURÍDICO REQUER

AGENTE CAPAZ

OBJETO LÍCITO, POSSÍVEL,
DETERMINADO OU DETERMINÁVEL

FORMA PRESCRITA OU NÃO DEFESA EM LEI

A INCAPACIDADE
RELATIVA DE UMA
DAS PARTES

NÃO PODE SER INVOCADA PELA OUTRA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO,
NEM APROVEITA AOS CO-INTERESSADOS CAPAZES

SALVO SE, NESTE CASO, FOR INDIVISÍVEL O
OBJETO DO DIREITO OU DA OBRIGAÇÃO COMUM

A IMPOSSIBILIDADE INICIAL
DO OBJETO NÃO INVALIDA O
NEGÓCIO JURÍDICO

SE FOR RELATIVA, OU SE CESSAR ANTES DE REALIZADA
A CONDIÇÃO A QUE ELE ESTIVER SUBORDINADO

A VALIDADE DA DECLARAÇÃO
DE VONTADE NÃO DEPENDERÁ
DE FORMA ESPECIAL

SENÃO QUANDO A LEI
EXPRESSAMENTE A EXIGIR.

DIREITO CIVIL

ATOS JURÍDICOS

ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

➡ AOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS, QUE NÃO SEJAM NEGÓCIOS JURÍDICOS, APLICAM-SE, NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES DO TÍTULO ANTERIOR.

ATOS ILÍCITOS

➡ AQUELE QUE, POR AÇÃO OU OMISSÃO VOLUNTÁRIA, NEGLIGÊNCIA OU IMPRUDÊNCIA, VIOLAR DIREITO E CAUSAR DANO A OUTREM, AINDA QUE EXCLUSIVAMENTE MORAL, COMETE ATO ILÍCITO.

➡ TAMBÉM COMETE ATO ILÍCITO O TITULAR DE UM DIREITO QUE, AO EXERCÊ-LO, EXCEDE MANIFESTAMENTE OS LIMITES IMPOSTOS PELO SEU FIM ECONÔMICO OU SOCIAL, PELA BOA-FÉ OU PELOS BONS COSTUMES.

NÃO
CONSTITUEM
ATOS
ILÍCITOS

OS PRATICADOS EM LEGÍTIMA DEFESA OU NO EXERCÍCIO
REGULAR DE UM DIREITO RECONHECIDO;

A DETERIORAÇÃO OU DESTRUIÇÃO DA COISA ALHEIA, OU A
LESÃO A PESSOA, A FIM DE REMOVER PERIGO IMINENTE.

NESSO CASO, O ATO SERÁ LEGÍTIMO SOMENTE QUANDO AS
CIRCUNSTÂNCIAS O TORNAREM ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO, NÃO
EXCEDENDO OS LIMITES DO INDISPENSÁVEL PARA A REMOÇÃO DO PERIGO.

DIREITO CIVIL

BENS

DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS MÓVEIS

**SÃO MÓVEIS
OS BENS**

SUSCETÍVEIS DE MOVIMENTO PRÓPRIO, OU DE REMOÇÃO POR FORÇA ALHEIA,
SEM ALTERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU DA DESTINAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL.

CONSIDERAM-SE
MÓVEIS PARA OS
EFEITOS LEGAIS

☞ AS ENERGIAS QUE TENHAM VALOR ECONÔMICO;

☞ OS DIREITOS REAIS SOBRE OBJETOS MÓVEIS E AS AÇÕES
CORRESPONDENTES;

☞ OS DIREITOS PESSOAIS DE CARÁTER PATRIMONIAL E
RESPECTIVAS AÇÕES.

◆ OS MATERIAIS
DESTINADOS A
ALGUMA CONSTRUÇÃO

ENQUANTO NÃO FOREM EMPREGADOS,
CONSERVAM SUA QUALIDADE DE MÓVEIS

READQUIREM ESSA QUALIDADE OS PROVENIENTES
DA DEMOLIÇÃO DE ALGUM PRÉDIO.

BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS

**SÃO
FUNGÍVEIS**

OS MÓVEIS QUE PODEM SUBSTITUIR-SE POR OUTROS DA
MESMA ESPÉCIE, QUALIDADE E QUANTIDADE.

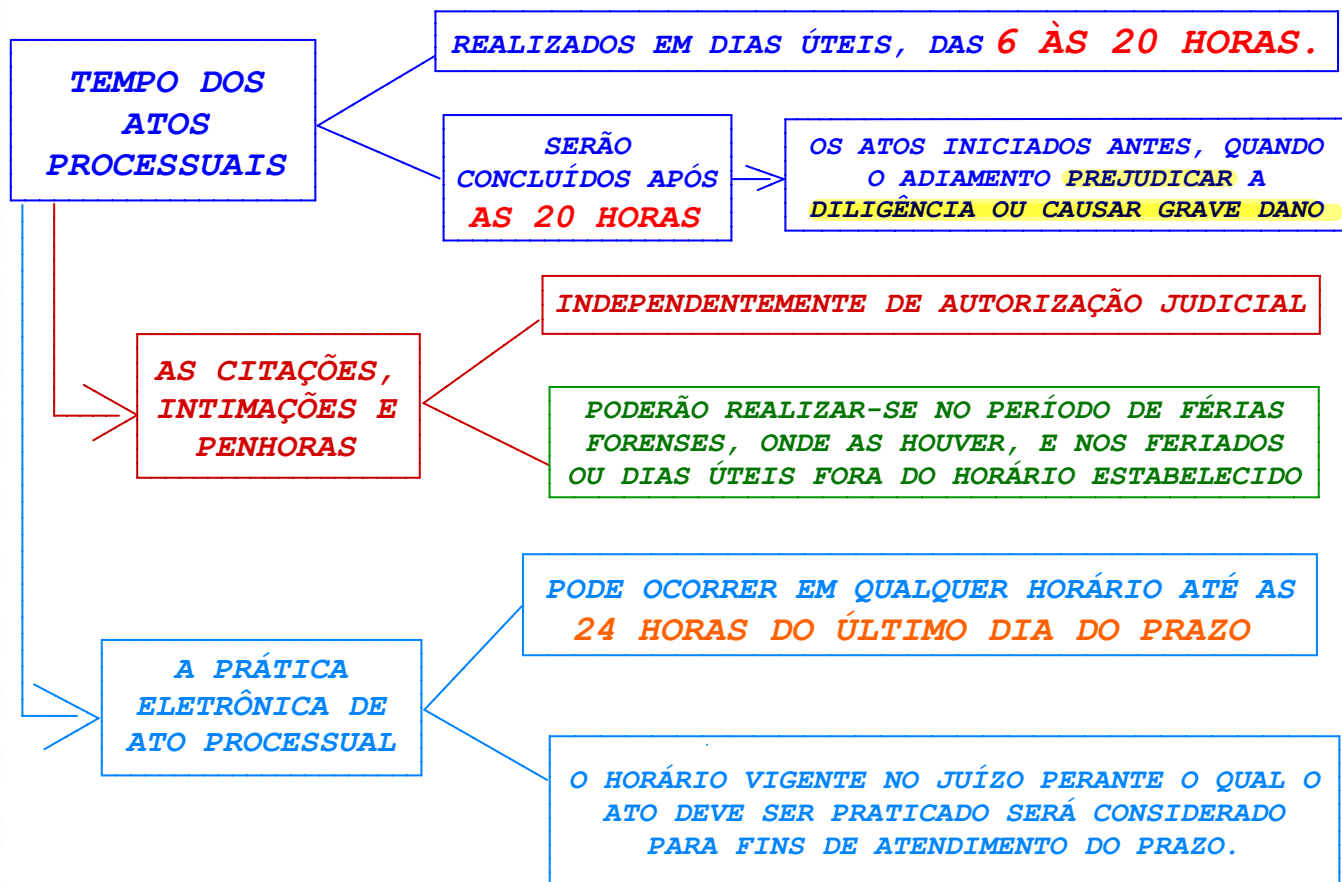
**SÃO
CONSUMÍVEIS**

OS BENS MÓVEIS CUJO USO IMPORTA DESTRUIÇÃO IMEDIATA DA PRÓPRIA
SUBSTÂNCIA, SENDO TAMBÉM CONSIDERADOS TAIS OS DESTINADOS À ALIENAÇÃO.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ATOS PROCESSUAIS

TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

RECURSOS

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESISTÊNCIA

O RECORRENTE PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, SEM A ANUÊNCIA DO RECORRIDO OU DOS LITISCONSORTES, DESISTIR DO RECURSO

IMPEDE O DIREITO DE RECORRER

INDEPENDE DE ACEITAÇÃO

SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

 DOS DESPACHOS
NÃO CABE
RECURSO

A DESISTÊNCIA DO RECURSO NÃO IMPEDE A ANÁLISE DE QUESTÃO CUJA REPERCUSSÃO GERAL JÁ TENHA SIDO RECONHECIDA E DAQUELA OBJETO DE JULGAMENTO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS OU ESPECIAIS REPETITIVOS

RENÚNCIA

EXTINGUE O DIREITO DE RECORRER

INDEPENDE DE ACEITAÇÃO

INDEPENDE DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

A PARTE QUE ACEITAR EXPRESSA OU TACITAMENTE A DECISÃO NÃO PODERÁ RECORRER.

CONSIDERA-SE ACEITAÇÃO TÁCITA A PRÁTICA, SEM NENHUMA RESERVA, DE ATO INCOMPATÍVEL COM A VONTADE DE RECORRER.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DAS PARTES E DOS PROCURADORES

RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TUTELA PROVISÓRIA

DISPOSIÇÕES GERAIS



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

O JUIZ NÃO SE
EXIME DE DECIDIR

SOB A ALEGAÇÃO DE LACUNA OU
OBSCURIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO

O JUIZ SÓ DECIDIRÁ POR EQUIDADE NOS CASOS PREVISTOS EM LEI

O JUIZ DECIDIRÁ O
MÉRITO NOS LIMITES
PROPOSTOS PELAS PARTES

SENDO-LHE VEDADO CONHECER DE QUESTÕES
NÃO SUSCITADAS A CUJO RESPEITO A LEI
EXIGE INICIATIVA DA PARTE.

CONVENCENDO-SE, PELAS CIRCUNSTÂNCIAS,
DE QUE AUTOR E RÉU SE SERVIRAM DO
PROCESSO PARA PRATICAR ATO SIMULADO OU
CONSEGUIR FIM VEDADO POR LEI

O JUIZ PROFERIRÁ DECISÃO QUE IMPEÇA
OS OBJETIVOS DAS PARTES, APLICANDO,
DE OFÍCIO, AS PENALIDADES DA
LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

👉 O JUIZ RESPONDERÁ, CIVIL E REGRESSIVAMENTE, POR PERDAS E DANOS QUANDO:

- ✓ NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, PROCEDER COM DOLO OU FRAUDE;
- ✓ RECUSAR, OMITIR OU RETARDAR, SEM JUSTO MOTIVO, PROVIDÊNCIA QUE DEVA ORDENAR DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DA PARTE.

ESSAS HIPÓTESES SOMENTE SERÃO VERIFICADAS DEPOIS QUE A PARTE
REQUERER AO JUIZ QUE DETERMINE A PROVIDÊNCIA E O
REQUERIMENTO NÃO FOR APRECIADO NO PRAZO DE 10 DIAS.